



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**INSTRUMENTO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM
ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DO CEARÁ, E O INSTITUTO SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - ISEF, PARA A
CONCESSÃO DE ESTÁGIO AOS ALUNOS
REGULARMENTE MATRICULADOS. (PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 8501945-54.2018.8.06.0000).**

CV Nº 19/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado TJCE, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES, ora denominado COOPERANTE, e o **INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - ISEF** inscrito no CNPJ nº 27.433.938/0001-51, com sede na Rua Caio Prado, 152, – Parangaba, neste ato representado por seu presidente, **Oscar Rodrigues Junior**, brasileiro, casado, portador de CPF nº 071.072.263-04, residente e domiciliado na Estrada Cachoeiro, S/N, Sobral – CE, ora denominada COOPERADA.

Pelo presente instrumento jurídico, as partes acima mencionadas celebram convênio para a realização de estágios com fundamento na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo conceder vagas de estágio não obrigatório e não remunerado, a fim de proporcionar aos alunos da COOPERADA a complementação do ensino e da aprendizagem visando desenvolver competências próprias da atividade profissional de forma contextualizada, fortalecendo a integração ensino-serviço aperfeiçoamento técnico cultural, científico e social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS

O estágio oferecerá ao estudante espaço profissional para o desenvolvimento de suas competências, sob a responsabilidade da COOPERANTE e do Instituto Superior de Educação no



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

âmbito do TJCE, conforme sua disponibilidade de vagas, que será informada a Instituição de Ensino, atendendo ao espírito de integração e profissionalização contido na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

Constituem-se responsabilidades das convenientes, conforme atribuído pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008:

I- INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (Lei 11.788 de 25.09.2008, capítulo II, artigo 7º).

a) avaliar as instalações da parte COOPERANTE do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

b) indicar supervisor de campo, a quem incumbirá à orientação diária sobre técnicas teórico-metodológica abordadas nas práticas, que será o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

c) exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades desenvolvidas pelos estagiários como forma de avaliação e acompanhamento dos objetivos do estágio;

d) zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

e) elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

f) comunicar à parte COOPERANTE do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

II - DA INSTITUIÇÃO COOPERANTE (Lei 11.788 de 25.09.2008, capítulo III, artigo 9º).

a) celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

b) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

c) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

d) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
e) manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
f) enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sempre que houver interesse entre as partes, poderão ser realizados cursos, atividades extraclasse, tais como visitas técnicas, onde se buscará a complementação da aprendizagem técnico-profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As atividades de que se trata o parágrafo primeiro serão sempre programadas com antecedência e supervisionadas por funcionários do INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - ISEF e da Concedente.

CLÁUSULA QUARTA - DA SELEÇÃO DOS ESTUDANTES PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Os estudantes serão selecionados com base na análise das áreas de interesse do COOPERANTE, para dedicação às atividades indicadas, as quais proporcionarão experiência prática, mediante a efetiva participação desses estudantes em serviços, programas, planos e projetos, cuja estrutura programática guarde estreita correlação com as respectivas linhas de formação profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO - A indicação e a substituição de estagiário(s) supervisionado(s) serão feitas pela COOPERADA, mediante solicitação do COOPERANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO TERMO DE COMPROMISSO

A realização dos estágios dependerá da prévia formalização de um termo de Compromisso de Estágio entre a Instituição Concedente e o Aluno, com a interveniência obrigatória do INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE FORTALEZA - ISEF, onde serão fixadas as condições gerais do estágio, conforme o disposto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Termo de Compromisso de estágio deverá ser acompanhado do Plano de Estágio com a descrição das atividades a serem realizadas pelo estagiário, que deverão ter relação direta com o campo prático.

CLÁUSULA SEXTA - DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUPERVISIONADO

A carga horária do Estágio Supervisionado será a definida no regulamento do estágio não podendo exceder a 20 horas semanais, sendo a duração e a jornada de estágio compatível com as atividades escolares do estagiário, e acordadas entre as partes, observado o art. 11 da lei nº 11.788/2008.

PARÁGRAFO ÚNICO - O COOPERANTE deverá oferecer condições para que os estagiários possam cumprir suas obrigações, sem prejuízo das atividades acadêmicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

A COOPERADA, responsabilizar-se-á pela contratação de seguro de acidentes pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades do estágio, durante todo o período de vigência do estágio supervisionado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS SUPERVISORES

O COOPERANTE designará um supervisor técnico para atuar de forma integrada com a COOPERADA, oferecendo condições para que os estagiários supervisionados possam também ser supervisionados por docentes.

CLÁUSULA NONA - DO VÍNCULO

A concessão de Estágio Supervisionado não proporcionará ao estagiário vínculo empregatício decorrente da Concessão com o COOPERANTE, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº 11.788/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

O estagiário será desligado do estágio supervisionado:

- a) automaticamente, por término do compromisso;
- b) por abandono, caracterizado por ausência não justificada e tendo 10 % de falta, no período de 01 (um) semestre;
- c) por conclusão ou interrupção do curso;
- d) a pedido do estagiário;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- e) por comportamento social ou profissional inadequado, por parte do estagiário;
- f) pelo não cumprimento, por parte do estagiário, do disposto no Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado;
- g) a qualquer tempo, no interesse justificado do COOPERANTE ou da COOPERADA, principalmente se comprovada à insuficiência na avaliação do desempenho do estagiário no estágio supervisionado;
- h) em atendimento a qualquer dispositivo de ordem legal ou regulamentar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas "b" "d", "e", "f e "g", o COOPERANTE comunicará o fato a COOPERADA, no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A COOPERADA deverá comunicar o COOPERANTE, por escrito, o desligamento do aluno, qualquer que seja o motivo, bem como a conclusão ou a interrupção do curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará pelo prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado, por meio de Termo aditivo, bem como rescindido, após denúncia expressa por iniciativa de qualquer das partes, mediante comunicação escrita com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

PARÁGRAFO ÚNICO – O encerramento antecipado deste termo de Cooperação Técnica não prejudicará os estágios supervisionados em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO

O acompanhamento e fiscalização deste Convênio nº 19/2018 ficará a cargo da Secretaria de Gestão de Pessoas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, para dirimir as questões surgidas do presente Termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando, desde já, a



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo assinam as partes o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para todos os efeitos jurídicos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 17 de AGO de 2018.

FRANCISCO GLADYSON PONTES

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

OSCAR RODRIGUES JUNIOR

Presidente do Instituto Superior de Educação de Fortaleza - ISEF

Testemunhas: _____